

CRONOLOGIA DE ALGUNS FATOS DA HISTÓRIA DA CULTURA DA MORTE

1889 – John Rockefeller I inicia sua carreira na filantropia doando meio milhão de dólares para fundar em Chicago uma Escola Superior vinculada à Igreja Batista. A faculdade viria mais tarde a transformar-se na Universidade de Chicago. Para promover a futura Universidade de Chicago, um ano depois John Rockefeller I doou mais um milhão de dólares e, durante os vinte anos seguintes, um total de 35 milhões de dólares. O dólar do início do século XX equivale a cerca de cem dólares do final do século XX.

1889 – Andrew Carnegie, na época o homem mais rico do mundo, escreve “*O Evangelho da Riqueza*”, exortando os empresários ricos a usar suas riquezas em atividades filantrópicas.

1892 - O pastor batista Frederick Gates, depois de haver ajudado John Rockefeller I a fundar a Universidade de Chicago, passa a administrar suas atividades filantrópicas.

1893 – 1897 – John Rockefeller II cursa a Universidade de Brown, presidida pelo pastor batista Andrews, que possuía um profundo interesse na ação social com base na análise científica. Rockefeller II estuda durante um ano o Capital de Karl Marx, ademais de outros temas relacionados às ciências sociais. Andrews comenta em seus cursos sobre a necessidade do controle voluntário da população.

1896 – Rockefeller I escreve a Andrew Carnegie elogiando seu livro sobre a riqueza.

1901 – Fundação do Instituto Rockefeller de Investigações Médicas.

1903 - Rockefeller I estabelece a Comissão de Educação Geral, para o fomento da educação nos Estados Unidos e seus territórios, principalmente nos estados do sul, principais vítimas da Guerra Civil americana.

1909 – Fundação da Comissão Sanitária Rockefeller para controlar a verminose no sul dos Estados Unidos. O novo problema foi colocado quando a Comissão de Educação Geral reformava as escolas primárias nos Estados do sul.

1913 – A Fundação Rockefeller foi criada, por idéia do pastor batista Frederick Gates, para “*promover o bem estar da humanidade em todo o mundo*”. Apesar do conceito de “*bem estar da humanidade*” nunca ter sido definido, na idéia de Gates isto significava, explicitamente, combater as enfermidades e promover a saúde. Na prática, passaria a significar o que os membros da Fundação Rockefeller quisessem que significasse.

1915 - Warren Thompson, da Universidade de Columbia, estabelece, na sua obra “*Population*”, difundida apenas entre especialistas, uma nova interpretação das teorias de Thomas Malthus, iniciando os modernos estudos demográficos.

1919 - Os Estados Unidos rejeitam participar da Liga das Nações. Raymond Fosdick, subsecretário americano da Liga representando o governo de Woodrow Wilson, ex aluno de Wilson na Universidade de Princeton que já havia trabalhado para John Rockefeller II, retorna aos Estados Unidos para ser advogado de John Rockefeller II e depois presidente da Fundação Rockefeller. Comentando em sua

autobiografia sobre sua estada na Liga das Nações, Fosdick diz claramente que, para promover a paz no mundo, a idéia da soberania das nações deve ser reconsiderada. Seu colega Jean Monnet, subsecretário da Liga por parte do governo da França e mais tarde o principal idealizador da União Européia, também abandona a Liga pouco depois de Fosdick e tentará, com a mesma finalidade, superar o conceito de soberania das nações por um caminho mais econômico que político.

1922 - Beardsley Ruml, sob indicação de Raymond Fosdick, começa a trabalhar nas organizações Rockefeller promovendo a pesquisa em ciências sociais como base para o trabalho de transformação da estrutura social, iniciando o conceito de que o bem estar da humanidade deveria ser alcançado principalmente pelo desenvolvimento e pela aplicação das ciências sociais e não pela simples luta contra as doenças.

1923 – Após uma longa e dramática reunião, o pastor Frederick Gates demite-se da Fundação Rockefeller porque a organização começa a fazer exigências contratuais em suas doações a escolas públicas de Medicina o que, segundo o pastor, seria o início de uma perversão dos princípios contidos no conceito de filantropia. Pouco antes desta data, e mais ainda depois, multiplicam-se as acusações de que as Fundações Rockefeller e Carnegie, e mais tarde também a Ford, estariam criando um cartel de organizações que controlavam todas as decisões educacionais fundamentais nos Estados Unidos, desde a escola primária até a superior, e que professores e pesquisadores não tinham mais liberdade para expressar e desenvolver seus verdadeiros pontos de vista sobre educação e pesquisa científica. O trabalho de John Dewey, considerado o principal filósofo da Educação no século XX, e que construiu uma escola internacional de formação em Filosofia da Educação à qual se dirigiam pedagogos de todo o mundo, foi praticamente todo financiado por Rockefeller e desenvolvido dentro de instituições mantidas por ele.

1924 – O Comitê Executivo da Fundação Rockefeller, percebendo o novo rumo que estava tentando imprimir-se aos trabalhos da organização, prepara um memorando sobre o desenvolvimento de projetos no campo das ciências sociais: ***“A Fundação não deverá apoiar trabalhos nem organizações cujos objetivos sejam a alteração da legislação... a Fundação não deverá buscar obter reformas políticas, econômicas ou sociais... a Fundação não deverá tentar influenciar os resultados ou as conclusões das pesquisas que forem por ela patrocinadas...”***

1933 – O relatório anual da Fundação Rockefeller informa que a instituição alimenta a esperança de desenvolver ***“a genética sobre bases sólidas para possibilitar no futuro a criação de um tipo superior da espécie humana”***. Sob a coordenação de Warren Weaver, entre 1932 y 1959, Rockefeller II investe cerca de 2% de tudo o que se gasta neste período em pesquisa científica nos Estados Unidos somente no que a própria Fundação passou a denominar, desde 1938, de Biologia Molecular. Quase todos os prêmios Nobel que houve nesta área, na primeira metade do século XX, foram patrocinados por John Rockefeller II.

1934 – John Rockefeller III escreve a seu pai, John Rockefeller II, declarando que deseja dedicar sua vida principalmente ao controle do crescimento mundial da população.

1936 – Henry Ford e seu filho Edsel Ford criam a Fundação Ford em Detroit, que nesta época se dedica somente a obras filantrópicas de interesse local.

1946 – John Rockefeller III tenta mudar a estrutura da Fundação Rockefeller para que seu principal objetivo não seja mais a luta contra as doenças. Os três principais objetivos apresentados em um memorando seriam (1) os problemas políticos e econômicos internos de Estados Unidos, (2) as relações

internacionais, *“para construir um mundo em que a paz possa crescer”*, e (3) o estudo do comportamento humano dirigido para *“o entendimento dos fatores que modificam ou controlam o comportamento humano”*. Os diretores da Fundação rejeitam o projeto.

1947 – Com a morte de Henry Ford, 90% das ações da companhia são doados à Fundação Ford e o restante 10% aos seus herdeiros. A Fundação Ford se transforma na maior fundação filantrópica da história humana, quatro vezes maior que a Fundação Rockefeller, que passa a ocupar o segundo lugar.

1949 - Rowan Gaither é chamado a reestruturar a Fundação Ford e faz suas as linhas básicas da reforma que Rockefeller tentou promover em 1946. Apresenta-se um conceito inteiramente novo do que seja filantropia, muito diverso do que pensava Frederick Gates quando havia planejado a Fundação Rockefeller em 1913. No plano redigido por Rowan Gaither afirma-se, de um modo elegante e não imediatamente evidente, que a Fundação Ford não se dedicará a nenhuma atividade médica ou de saúde pública e que o primeiro de seus principais objetivos será o de estabelecer a paz no mundo. Para isto será necessário fazer com que as nações reconsiderem o conceito de soberania nacional e será necessário empoderar as Nações Unidas. Os principais meios que a Fundação Ford pretende utilizar para obter este fim são uma ampla intervenção na educação e no desenvolvimento dos métodos de controle do comportamento humano. Uma das principais divisões da nova Fundação Ford será o das Ciências Comportamentais, cujo diretor, Bernard Berelson, virá a ser depois o terceiro presidente do Conselho Populacional que será fundado em 1952 por John Rockefeller III. Não há, porém, nada no plano de 1949 da Fundação Ford que fale do controle do crescimento populacional.

1952 – John Rockefeller III, com mais 26 especialistas em demografia, entre os quais Warren Thompson, Kingsley Davis e Frank Notestein, funda o Conselho Populacional para controlar o crescimento mundial da população. Imediatamente a seguir a Fundação Ford se converte no principal parceiro do empreendimento e coloca o controle demográfico entre suas prioridades.

1954 – A Fundação Ford entra no campo do controle populacional por meio de uma doação em dinheiro ao Conselho Populacional. No mesmo ano, com uma doação de três milhões e meio de dólares, inaugura o Centro de Estudos Avançados de Ciências Comportamentais na Universidade de Stanford.

1952-1959 – O Conselho Populacional, sob a presidência do ex empresário das ferrovias e líder eugenista Frederick Osborn, investe no desenvolvimento do DIU (dispositivo intra uterino) e na promoção de centros mundiais de estudos demográficos.

1958 – Sob o impulso de John Rockefeller III, e nominalmente financiado pelo Escritório Populacional da Universidade de Princeton (patrocinado pelos Rockefeller) e pelo Banco Mundial, publica-se o livro *“Crescimento Populacional nos Países de Baixa Renda”*, de Ansley Coale (matemático do MIT) y Edgar Hoover. Este livro foi um clássico entre especialistas e proporcionou, até os anos 80, a fundamentação ideológica econômica do movimento demográfico. A obra ajudou também a ocultar a ideologia eugenista que anteriormente era adotada pelos que se dedicavam às questões populacionais e que havia sido impedida de aflorar durante o congresso que fundou o Conselho Populacional em 1952. A ideologia eugenista, porém, ainda vivia e se desenvolvia, por exemplo, na busca da tecnologia da clonagem humana. O enfoque econômico da obra de Coale e Hoover proporcionou a aceitação imediata das questões populacionais, mas dificultou a introdução da perspectiva sociológica no problema do controle demográfico, que somente passou a ser utilizada a partir do princípio dos anos 90. A perspectiva sociológica tem, nas questões demográficas, uma aplicação em escala mundial relativamente simples e imediata a qual, porém, uma vez aplicada, transcende facilmente estas mesmas

questões demográficas. A aplicação da perspectiva sociológica em demografia é, na verdade, um piloto experimental para testar técnicas mais amplas de controle do comportamento humano.

1959-1968 – O Conselho Populacional, sob a presidência de Frank Notestein, instala projetos de controle populacional em dezenas de países da Ásia e da África, evitando cuidadosamente a América Latina e os Estados Unidos, e inaugura fábricas de DIUs na Coreia, Hong Kong, Taiwan, Índia, Paquistão, Egito e Turquia. Na maioria dos países, como na Índia, Paquistão, Egito, Coreia, Taiwan, Tailândia, Turquia e outros, os projetos começam depois de conversações pessoais de John Rockefeller III com os presidentes e primeiros ministros locais.

1961 – John Rockefeller III discursa na Segunda Conferência Bial da FAO (Food and Agricultural Organization) da ONU em Roma sobre os efeitos da explosão populacional. Em uma conferência intitulada **“População, Alimentos e Bem Estar da Humanidade”**, afirma que **“o crescimento populacional é o segundo problema da humanidade depois do controle das armas atômicas”**. O diretor da FAO, R. B. Sen, reconhece o impressionante currículo da Fundação Rockefeller no desenvolvimento da agricultura e, com base nos dados dos censos mundiais de 1950 e 1960, começa a fazer propaganda mundial sobre o impacto negativo do crescimento demográfico na economia dos países pobres. Em 1964 John Rockefeller III começa a fazer um lobby pessoal junto ao Papa Paulo VI sobre questões populacionais e, neste mesmo ano R. B. Sen faz um discurso sobre o tema no Congresso Eucarístico de Bombaim, que conta com a presença pessoal de Paulo VI. Em 1967 Paulo VI reconhece, na Encíclica *Populorum Progressio*, que o **“crescimento demográfico acelerado traz novas dificuldades ao desenvolvimento”**. A Encíclica e o próprio Paulo VI são elogiados constantemente por R. B. Sen, que percorre o mundo para denunciar as ameaças do crescimento populacional. Em 1968, porém, Paulo VI declara, na Encíclica *Humanae Vitae*, a imoralidade dos métodos artificiais de controle de natalidade, e John Rockefeller III desiste de fazer lobby ao Papa.

1963 – John Rockefeller III consegue finalmente fazer com que a Fundação Rockefeller coloque entre seus objetivos de trabalho o controle populacional e que as atividades médicas passem a um segundo plano.

1966 – David Bell, administrador da USAID, chama John Rockefeller III em particular e declara que com as leis existentes é possível fazer com que a USAID se envolva no problema do controle mundial da população, desde que o pedido surja por iniciativa das próprias nações interessadas.

1965 - 1968 - O Senado Americano, sob a pressão do lobby de John Rockefeller III e outros, promove audiências públicas sobre a questão demográfica, de que resulta a aprovação do Título X (Programas relacionados ao Crescimento Populacional) do Foreign Assistance Act de 1967, o qual permite usar dinheiro americano para atividades populacionais no mundo. Como resultado, a USAID contrata o médico Reimert Ravenholt para dirigir seu escritório populacional. A USAID utilizou, desde 1968 até meados dos anos 70, 1,7 bilhões de dólares para treinar médicos e promover em cerca de 80 países do mundo o aborto clandestino, a esterilização forçada, a anticoncepção e o desenvolvimento e a difusão clandestina do misoprostol. Ravenholt declara que seu programa conseguiu impedir, em uma década, o nascimento de um bilhão de seres humanos.

1966 – Bernard Berelson propõe a idéia de que John Rockefeller III visite uma grande quantidade de chefes de Estado para pedir-lhes que assinem uma declaração reconhecendo a gravidade da problema populacional sem, porém, mencionar soluções específicas. O documento dizia: **“Cremos que, se pretendemos alcançar objetivos econômicos, o problema populacional deve ser resolvido pelo planejamento nacional ... Cremos que a maioria dos casais deseja conhecer como planejar suas**

famílias... cremos que a paz permanente depende de modo como o desafio do crescimento populacional for enfrentado". O Vaticano e a União Soviética não assinaram o documento, que é assinado, porém, pelos representantes de 30 nações, a maioria dos quais Rockefeller havia visitado pessoalmente, e nas quais vivia cerca de um terço da população da Terra. Entre os países signatários estão os Estados Unidos, o Reino Unido, a Suécia, a Holanda, o Japão, a Índia, o Paquistão, a Indonésia, e a Austrália. Assina pelo mundo comunista apenas a Iugoslávia e, pela América Latina, apenas a Colômbia. A ***"Declaração dos Líderes Mundiais sobre População"*** foi lida perante a Assembléia Geral das Nações Unidas pelo Secretário Geral da ONU em dezembro de 1967, e a mesma declaração foi invocada pelo Secretário para criar em 1969 o Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais (UNFPA).

1967 - Kingsley Davis publica um trabalho na revista Science em que afirma que o controle da população não pode ser realizado por meios médicos nem pelos quadros políticos, porque requer um trabalho de mudança da própria estrutura da sociedade para que as mulheres não queiram ter mais filhos, o que somente pode ser obtido por especialistas em estudos sociais. ***"O estudo da organização social é uma especialização técnica"***, afirma Davis. Para alterar a motivação de ter filhos é necessário ***"alterar a estrutura da família, o papel das mulheres no mundo do trabalho e as próprias normas sexuais, e não proteger a família e a observância das normas familiares"***. Segundo Davis, isto não é trabalho para médicos nem para políticos, ao contrário, trata-se de uma especialização técnica das ciências sociais.

1968 - A USAID responde energicamente ao trabalho de Davis, afirmando que ter filhos é algo tão difícil em si mesmo que seria suficiente disponibilizar amplamente pílulas e outros métodos anticoncepcionais para que as mulheres queiram usá-los. Não há motivo para ter que utilizar as teorias da cultura e do comportamento humano para modificar a estrutura da sociedade e os valores para somente então poder controlar a população. Isto exigiria uma quantidade de recursos muito grande que somente serviria para diminuir o muito que efetivamente deve ser usado em atividades diretas de controle da população.

1968-1974 – John Rockefeller III passa a exercer um lobby maciço junto ao governo federal americano, para que este reconheça a questão do controle demográfico mundial como um problema de segurança interna de Estados Unidos. Deste trabalho resulta, depois de várias etapas, o relatório Kissinger, aprovado quando seu irmão Nelson Rockefeller era vice-presidente dos Estados Unidos.

1973 - A Corte Suprema de Justiça dos Estados Unidos, na famosa decisão Roe x Wade, decide que qualquer lei que proíba o aborto durante todos os nove meses de gestação é inconstitucional em todo o território norte americano. Para abortar não haverá mais necessidade de apresentar motivos durante os seis primeiros meses e, no último trimestre, poderá apresentar-se praticamente qualquer motivo.

1973 – Alarmados com o trabalho de promoção do aborto realizado desde 1968 pela USAID, o Congresso Americano aprova a Emenda Helms, pela qual nenhum recurso de assistência externa dos Estados Unidos poderá ser usado para financiar a realização de abortos como método de planejamento familiar.

1974 - Os diretores da USAID, compreendendo que não podem mais utilizar abertamente recursos do governo federal americano para financiar a prática do aborto no mundo, decidem fundar o IPAS, uma organização privada internacional, com sede na Carolina do Norte, a qual se torna uma das principais promotoras do aborto clandestino no mundo.

1974 - Adrienne Germain, que segundo Kingsley Davis havia sido a aluna mais inteligente ele já havia tido, consegue em uma única reunião convencer John Rockefeller III sobre a validade das teorias de seu professor. Estas teorias, na verdade, não eram apenas de Davis, mas de todo um grupo de especialistas que a família Rockefeller já financiava há décadas e que os próprios Rockefeller não haviam entendido em todo o seu alcance. A partir deste momento John Rockefeller III encontra-se cada vez menos com chefes de Estado e outras autoridades mundiais e passa a promover e a encontrar-se cada vez mais com líderes homossexuais e grupos feministas.

1975 - A Conferencia Episcopal de Estados Unidos apresenta o Plano Pastoral para Atividades Pro Vida, iniciativa até o momento única no gênero em todo o mundo: ***“Chamamos a todos os católicos e às numerosas instituições e organizações da Igreja a que se unam em um esforço sem precedentes para restaurar o respeito e a proteção legal de toda a vida humana. Uma política e uma prática que tem como resultado a morte de milhões de seres humanos por causa do aborto inevitavelmente sabota o respeito à vida humana em todos os demais contextos”***.

1978 – John Rockefeller III morre em um acidente de automóvel, tendo já encaminhado suas organizações às novas estratégias de ação.

1984 – Por ocasião da Conferencia Populacional do México promovida pela ONU, a administração do governo de Ronald Reagan anuncia a ***“Política da Cidade do México”***, segundo a qual as organizações privadas que promovem o aborto não poderão receber fundos do governo federal americano. A política da Cidade do México esteve em vigor de 1985 até 1993, quando foi revogada por Bill Clinton; promulgada novamente por George Bush em 2001, foi revogada por Barack Obama em 23 de janeiro de 2009.

1985 – Sob a orientação de Adrienne Germain, a Fundação Ford começa a reavaliar suas estratégias de controle populacional.

1988 - Representantes do IWHC (Internacional Women Health Coalition) viajam por toda a América Latina e descobrem que, devido a condições sociais e políticas especiais, o Brasil é o país mais favorável para um trabalho para promover o aborto no continente.

1989 – No bairro do Jabaquara, em São Paulo, Brasil, funda-se o primeiro de quase cem serviços de abortos em casos de estupro, iniciando uma rede que deveria ser o principal fundamento do projeto para tornar o aborto completamente livre no Brasil.

1990 - A Fundação Ford decide-se programaticamente a fazer o que John Rockefeller III teria feito se ainda estivesse vivo. No relatório intitulado ***“Saúde Reprodutiva, uma Estratégia para os anos 90”***, a Fundação Ford estimava que para alcançar o crescimento populacional zero seria necessária uma redução da natalidade para a qual a oferta de serviços médicos poderia contribuir quando muito com cerca de 40%, enquanto que os 60% restantes somente poderiam ser alcançados mediante alterações sociais. Para isto seria necessário que as pessoas não tivessem mais motivação para formar uma família e desejar ter filhos, e este já não seria mais um problema que poderia ser resolvido pela classe médica, mas pelos cientistas sociais. Enfrentar o problema populacional envolve, afirma o relatório, ***“temas tão delicados como a educação sexual precoce, o status da mulher na sociedade, os julgamentos de valor morais e os valores éticos pelos quais as decisões reprodutivas são tomadas pelos indivíduos e pela sociedade”***. Para fazer frente ao problema, a Fundação Ford pretende combinar sua vasta experiência no campo populacional e a experiência de sua equipe em ciências sociais. A Fundação ***“pretende trazer a perspectiva das ciências sociais para administrar questões que tem sido, até o momento, o domínio***

da profissão médica”, e irá promover a discussão e a educação sobre a sexualidade humana, em uma abordagem em que **“não poderá omitir-se o reconhecimento da necessidade de se promover o aborto”**. O relatório propunha reconceitualizar a saúde e a doença não apenas como estados biológicos, mas como processos relacionados aos modos como vivem as pessoas, introduzir os conceitos de saúde e direitos sexuais e reprodutivos, empoderar as organizações de mulheres para promover a saúde reprodutiva, financiar a promoção de debates e a disseminação de informação para definir áreas de consenso com as políticas de saúde reprodutiva, e promover o reconhecimento do aborto como um direito reprodutivo.

1990 - A Fundação Ford divulga entre as demais fundações americanas o seu programa de saúde reprodutiva para que possam unir-se os esforços de mais organizações. A Fundação MacArthur aceita e escolhe como alvos preferenciais o México, o Brasil, a Nigéria e a Índia. Por indicação de Adrienne Germain, a Fundação MacArthur escolhe a brasileira Carmen Barroso como diretora de seu Programa Internacional de População e Saúde Reprodutiva.

1991 – Para evitar os problemas da Política da Cidade do México, o IPAS cria o Protocolo de Cuidados Pós Aborto, nos quais podem ser utilizados os mesmos instrumentos e procedimentos utilizados para fazer um aborto sem que se tenha que declarar que se estaria promovendo o treinamento médico e a difusão de instrumentos para a prática do aborto.

1992 - No Rio de Janeiro, com o apoio da Fundação Ford, organizações feministas de todo o mundo encontram-se para decidir como dominar a Conferencia Populacional do Cairo em 1994 e fazê-la aceitar as orientações do relatório da Fundação Ford **“Saúde Reprodutiva, uma Estratégia para os anos 90”**.

1992 – Funda-se em Nova York o Centro de Direitos Reprodutivos que, com o apoio financeiro da Fundação Ford, MacArthur, Packard e outras, veio a tornar-se a principal organização mundial na promoção do ativismo legal a favor do aborto. O Centro de Direitos Reprodutivos atua nos Estados Unidos, nas Nações Unidas e, através de uma rede de advogados formados pelo próprio Centro, por meio de bolsas de estudo nos Estados Unidos para atuarem em seus países de origem, em mais de 50 países. O Centro de Direitos Reprodutivos foi o idealizador e o principal coordenador, em 2005, da campanha internacional para a legalização do aborto na Colômbia.

1993 – Sob a coordenação de organizações dirigidas pelo banqueiro David Rockefeller, o irmão caçula de John Rockefeller III, uma parte do empresariado e da elite política americana passa a apoiar politicamente os movimentos de esquerda, principalmente na América Latina, em troca de não declarar a moratória da dívida externa, da deposição da luta armada pelo poder e do apoio ao movimento homossexual, à legalização do aborto e à educação sexual liberal.

1993 – A AVSC International, o IPAS, a International Planned Parenthood Federation (IPPF), a Universidade John Hopkins, e a Fundação Pathfinder criam o **Post Abortion Care Consortium** para promover no mundo os cuidados pós aborto como estratégia de saúde reprodutiva. Os tratamentos pós aborto incluem diversas técnicas de esvaziamento de útero.

1994 - A Conferencia do Cairo, promovida pelas Nações Unidas, faz suas, sem o nomear, as diretivas do programa da Fundação Ford intitulado **“Saúde Reprodutiva, uma Estratégia para os anos 90”**.

1995 - A Conferência da Mulher, promovida pelas Nações Unidas em Pequim, introduz, além dos conceitos já aceitos na Conferencia do Cairo, a ideologia de gênero.

1996 – Em uma conferência secreta realizada em Glen Cove (NY), vários Comitês da ONU estabelecem um pacto com as principais organizações que promovem o aborto para interpretar os direitos humanos reconhecidos pelas nações como contendo implicitamente o direito ao aborto e passam a acusar sistematicamente as nações, principalmente na América Latina, de violarem os direitos humanos reconhecidos internacionalmente por não terem aprovado o aborto. A intenção, constante em memorandos secretos denunciados por parlamentares ao Congresso norte americano em 2003, é criar uma nova jurisprudência que faça crer aos governos dos países a favor da vida que eles são obrigados pelo direito internacional a aprovar o aborto e, com isto, abrir caminho para a inserção do direito ao aborto na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

1998 - 2010 – O Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas e outros órgãos de monitoração de tratados internacionais da ONU passam a pressionar sistematicamente todos os países do mundo que ainda não aprovaram o aborto para que legalizem a prática.

2002 – As organizações Rockefeller, através de seu centro de estudos localizado em Bellagio, no Lago de Como, norte da Itália, e do Conselho Populacional, publica o “**Guia Introdutório sobre como Promover o Aborto Medicamentoso em Países em Desenvolvimento**”, isto é, nos países "onde o aborto ainda é ilegal".

2003 - Com o apoio das organizações Rockefeller, a Dra. Beverly Winikoff, que durante 25 anos havia trabalhado como diretora da divisão de Saúde Reprodutiva do Conselho Populacional, funda a ONG Gynuity, dedicada à difusão, nos países onde o aborto é ainda ilegal, da experiência do aborto medicamentoso, através da utilização das drogas misoprostol e mifepristone,.

2004 – No ano de 2002 surge em Montevideo, capital do Uruguai, o projeto “**Iniciativas Sanitárias**”, orientado pelo Dr. Aníbal Faúndes, professor de obstetrícia na Universidade de Campinas no Brasil e membro do quadro permanente do Conselho Populacional desde os anos 70. O projeto oferecia um serviço de orientação a uma centena de gestantes por semana sobre como utilizar o misoprostol para praticar um aborto seguro em suas próprias casas. O serviço incluía a prescrição de antibióticos 24 horas antes do momento do aborto e a orientação de procurar um hospital público depois da ingestão da medicação e do primeiro sinal de sangramento, para que o aborto iniciado pelas mulheres em suas casas pudesse ser finalizado em condições de segurança. A equipe conseguiu que em 2004 o Ministério da Saúde decretasse o protocolo como obrigatório para todos os médicos da rede pública e privada do país, apesar de haver sido declarado, não oficialmente, que não havia intenção de acusar e perseguir os médicos que não se utilizassem do protocolo. O protocolo foi apresentado internacionalmente como uma ampliação do Protocolo Pós Aborto elaborado pelo IPAS nos anos 90. Segundo seus autores, unicamente a própria prática do aborto é que seria ilegal na América Latina, mas não a orientação e os cuidados antes e depois do aborto, o que permitiria que o aborto ilegal possa passar a ser praticado de modo seguro para a mulher.

2005 – O governo inglês cria o Fundo Internacional SAAF (Safe Abortion Action Fund), ao qual se unem em seguida os governos da Dinamarca, Suécia e Noruega, para patrocinar a implantação do aborto seguro por meio do misoprostol nos países onde o aborto é ilegal. A operacionalização do fundo é confiada à IPPF, a maior provedora de clínicas de aborto dos Estados Unidos.

2005 – Depois de reconhecer o aborto como direito humano no Comitê do CEDAW da ONU, o governo do presidente Lula apresenta ao Congresso Brasileiro o substitutivo do Projeto de Lei PL

1135/91, que pretende tornar o aborto completamente livre, por qualquer motivo, durante todos os nove meses da gravidez.

2006 – Funda-se em Lima, no Perú, sob a orientação do Conselho Populacional pertencente às organizações Rockefeller, o ***Consórcio Latinoamericano contra o Aborto Inseguro***, com a participação das principais entidades que trabalham a favor do aborto em toda a América Latina, para promover o aborto ilegal por auto medicação com misoprostol.

2007 – Em princípios do ano a Gynuity realiza, em Londres, um encontro com especialistas do Brasil, Colômbia, México e Perú, para discutir as estratégias de introdução do aborto medicamentoso na América Latina. O encontro destaca que um dos aspectos mais importantes da difusão deste tipo de aborto na América Latina consiste em que os médicos atuais se sentem inibidos, devido ao exame de ultrassom, em praticar um aborto cirúrgico depois do primeiro trimestre e, portanto, a introdução do aborto por meio de medicamentos possibilitaria, na América Latina, uma mais ampla disseminação da prática do aborto no segundo trimestre de gestação.

2007 – Na terça feira dia 24 de abril, a Assembléia Legislativa do Distrito Federal do México despenaliza o aborto quando praticado nos primeiros três meses da gestação. Nos estados restantes da República o aborto continua ilegal.

2007 – Em entrevista dada à Rede Cultura de Televisão, o Ministro da Saúde do Brasil, José Temporão, afirma que, caso o aborto venha a ser legalizado no país, apesar da observação feita pelo jornalista de que o Ministério não tem como pagar até serviços básicos na área de saúde, a população não deverá se preocupar com os recursos necessários para realizar o milhão e meio de abortos que se estima que sejam praticados todos os anos no Brasil, porque ***“não faltarão os recursos internacionais para realizar estes abortos”***.

2007 – No final do ano realiza-se em Londres um gigantesco congresso mundial sobre o aborto seguro (***Global Conference on Safe Abortion***), do qual participam centenas de representantes de todas as principais organizações que promovem o aborto no mundo, provedores clandestinos e representantes de governos europeus. O objetivo é discutir a imediata implantação, em todo o mundo, de serviços de aborto seguro (auto medicação pelo misoprostol), independente de seu status legal ou ilegal.

2008 – Desde o dia 10 até o dia 15 de abril de 2008, realiza-se em Montevideu, no Uruguai, um Congresso similar ao do Global Conference on Safe Abortion de 2007, no prédio da prefeitura de Montevideu (primeira parte) e no Hotel Sheraton de Montevideu (segunda parte), para discutir as estratégias para a difusão imediata do aborto medicamentoso nos países da América do Sul.

2008 - No Brasil, a Câmara dos Deputados rejeita o substitutivo do PL 1135/91 do governo Lula, primeiramente por 33 votos a zero na Comissão de Seguridade Social e Família e depois, por 56 votos a 4, na Comissão de Constitucionalidade.

2008 – Depois do Parlamento Uruguaio ter aprovado a Lei de Saúde Sexual e Reprodutiva, o presidente da República, Tabaré Vasquez, veta a parte que legalizaria o aborto, mas não o protocolo de Iniciativas Sanitárias, que estava incorporado no documento juntamente com a legalização do aborto, que dispõe sobre os serviços do Estado para apoiar e ensinar as mulheres a abortar com segurança. Com isto a atividade dos serviços de aconselhamento converte-se de protocolo do Ministério da Saúde em lei da República.

2009 - Os deputados Luiz Bassuma e Henrique Afonso são julgados e condenados no Brasil, por unanimidade, pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (o Partido do governo Lula), a não poder mais exercer suas atividades legislativas, acusados de cometer infrações graves contra a Ética Partidária por terem apresentado projetos de lei contra o aborto e a favor da vida.

2010 – No V Congresso Latino Americano de Direitos Reprodutivos reunido na Guatemala do dia 5 a 7 de maio, representantes do Uruguai declaram que o governo do presidente eleito José Mujica pretende exportar imediatamente a toda a América do Sul o modelo dos serviços de aconselhamento para ensinar a população a abortar com segurança, até que o aborto seja definitivamente legalizado no continente.